

## Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

## 144 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 21 a 25/11/2022

|                                                                                            |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1. SESSÃO PLENÁRIA PARLAMENTO EUROPEU</b>                                               | <b>1</b> |
| 70.º aniversário do Parlamento Europeu                                                     | 1        |
| Declaração da Rússia como um Estado patrocinador do terrorismo                             | 1        |
| Novas fontes de receitas da UE                                                             | 1        |
| Orçamento da UE 2023                                                                       | 2        |
| Compensações da FIFA                                                                       | 2        |
| Medidas de condicionalidade: Hungria                                                       | 2        |
| Ucrânia: empréstimo de 18 mil milhões                                                      | 2        |
| <b>2. SEMESTRE EUROPEU 2023</b>                                                            | <b>3</b> |
| <b>3. COMISSÃO EUROPEIA   PREÇOS DO GÁS</b>                                                | <b>4</b> |
| <b>4. COMISSÃO EUROPEIA   ROTAS MIGRATÓRIAS</b>                                            | <b>4</b> |
| <b>5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</b>                                                       | <b>5</b> |
| Conselho Agricultura e Pescas                                                              | 5        |
| Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)                                                      | 5        |
| Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia | 6        |
| Conselho (Negócios Estrangeiros - Comércio)                                                | 6        |
| <b>6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                                                         | <b>6</b> |
| Parlamento Europeu                                                                         | 6        |
| Comissão Europeia                                                                          | 6        |
| Conselho da União Europeia                                                                 | 6        |
| Cooperação interparlamentar                                                                | 7        |

## 1. SESSÃO PLENÁRIA PARLAMENTO EUROPEU

Teve lugar esta semana, em Estrasburgo, a sessão plenária do Parlamento Europeu, destacando-se os seguintes trabalhos e debates:

### 70.º aniversário do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu realizou no âmbito desta sessão plenária uma [cerimónia solene de celebração do 70.º aniversário do Parlamento Europeu](#). Foram convidados para participar nesta cerimónia os Presidentes dos Parlamentos nacionais, tendo a Assembleia da República sido representada neste evento pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos.

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, abriu a cerimónia e salientou que «O Parlamento Europeu tornou-se o único parlamento transnacional multipartidário, multilíngue e eleito por sufrágio direto no mundo. Os seus 705 membros eleitos diretamente são a expressão da opinião pública europeia (...). Hoje, mais do que nunca, esta Assembleia representa a defesa da voz democrática dos cidadãos e dos valores democráticos europeus» (discurso disponível [aqui](#)). Seguiram-se as intervenções dos Primeiros-Ministros dos três países que acolhem a sede da instituição - Bélgica, França e Luxemburgo, e as intervenções dos grupos políticos, na sua maioria pautadas pelas referências ao facto de a Europa ter futuro apenas se for democrática, sendo por isso necessário dotar o Parlamento Europeu de plenos direitos legislativos em benefício de cidadãos, com a cidadania europeia a fortalecer a cidadania nacional. A cerimónia terminou com a interpretação do Hino da Alegria, de Beethoven, adotado como símbolo da União Europeia.

O vídeo da cerimónia encontra-se disponível [aqui](#).

O PE lançou ainda um [vídeo comemorativo](#) da data, disponível aqui, bem como uma [cronologia](#) interativa contendo os principais momentos da sua história nos últimos 70 anos.

### Declaração da Rússia como um Estado patrocinador do terrorismo

O PE aprovou esta semana uma resolução sobre os últimos desenvolvimentos da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, salientando os deputados que os ataques deliberados e as atrocidades cometidas pelas forças russas e seus aliados contra civis na Ucrânia, a destruição de infraestruturas civis e outras violações graves do direito internacional e humanitário equivalem a atos de terror e constituem crimes de guerra, [reconhecendo assim a Rússia como um Estado patrocinador do terrorismo e como um Estado que "utiliza métodos de terrorismo"](#).

### Novas fontes de receitas da UE

Com 440 votos a favor, 117 contra e 77 abstenções, os deputados deram um passo importante no sentido de implementar uma [alteração à lei](#) que rege as receitas da UE, a chamada "[Decisão dos Recursos Próprios](#)". Esta emenda, após adoção pelo Conselho e ratificada pelos Estados-Membros, introduzirá [três novas fontes de receitas](#): as receitas do [comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa](#) (ETS); os recursos gerados pelo [mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras da UE](#) (CBAM); e uma parte dos lucros de [grandes empresas multinacionais](#) (com base no Pilar 1 do acordo OCDE/G20). Os [deputados apelaram ao Conselho para que adote rapidamente esta decisão](#), de modo a assegurar a introdução dos novos recursos próprios em tempo útil, chamando à atenção para o facto de que, conforme definido [no roteiro juridicamente vinculativo estabelecido no acordo interinstitucional](#), a Comissão Europeia deverá apresentar uma proposta para um segundo conjunto de novos recursos próprios até ao final de 2023. Os comentários dos relatores José Manuel Fernandes (PPE, PT) e Valérie Hayer (Renew, FR) encontram-se disponíveis [aqui](#).

### **Orçamento da UE 2023**

O Orçamento da UE para 2023 foi aprovado com 492 votos a favor, 66 contra e 47 abstenções. Num acordo com os Estados-Membros, na segunda-feira, 14 de novembro, o Parlamento Europeu conseguiu obter 1,05 mil milhões de euros acima do que a Comissão tinha inicialmente proposto. Os deputados europeus [aumentaram o financiamento de programas e políticas que consideram vitais para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia e da crise energética, contribuindo para a recuperação pós-pandémica e reforçando as transições verdes e digitais.](#)

### **Compensações da FIFA**

O [PE aprovou também uma resolução sobre a situação dos direitos humanos no Catar. Os deputados salientaram que o Estado do Golfo ganhou o processo de licitação do Campeonato Mundial de Futebol da FIFA num contexto de alegações credíveis de suborno e corrupção.](#) Deploraram a morte de milhares de trabalhadores migrantes, principalmente no setor da construção que ajudaram o país a preparar o torneio, bem como de todos os feridos.

Referindo que a força laboral estrangeira no Catar é de mais de 2 milhões de pessoas, que representam cerca de 94% da mão-de-obra do país, a resolução reconhece que as autoridades do Catar reembolsaram em 320 milhões de dólares as vítimas de abusos salariais, através do chamado "Fundo de Apoio e Seguro dos Trabalhadores". No entanto, os deputados consideram que muitos trabalhadores do Catar e as suas famílias foram excluídos do seu âmbito de aplicação. Por isso, pedem que o fundo seja alargado para incluir todos os afetados desde o início dos trabalhos relacionados com o Campeonato Mundial de Futebol da FIFA, abrangendo também a morte de trabalhadores e outras violações dos direitos humanos. Apelaram também à FIFA para contribuir para um programa abrangente de ajuda às famílias dos trabalhadores, como forma de as compensar pelas condições a que foram sujeitos.

### **Medidas de condicionalidade: Hungria**

Numa resolução aprovada esta semana, os deputados referiram que as 17 medidas correctivas negociadas pela Comissão e pela Hungria não são *"suficientes para enfrentar o risco sistémico existente para os interesses financeiros da UE"*, mesmo que implementadas na íntegra. [Apelam assim aos Estados-Membros da UE para que adotem as medidas propostas ao abrigo do Regulamento de Condicionalidade, a fim de proteger o orçamento da UE contra violações dos princípios do Estado de direito na Hungria,](#) e para que só as levantem depois de as medidas correctivas húngaras terem tido um efeito sustentável.

### **Ucrânia: empréstimo de 18 mil milhões**

Foi aprovado também nesta [sessão plenária um empréstimo de 18 mil milhões de euros à Ucrânia, para enfrentar despesas contraídas no contexto da guerra da Rússia contra o país.](#) De acordo com a [proposta da Comissão Europeia,](#) o montante destina-se a assegurar serviços públicos essenciais - como a gestão de hospitais, escolas e realojamentos -, garantir estabilidade macroeconómica e a recuperação de infraestruturas críticas destruídas pela Rússia. Obtido pela UE nos mercados financeiros, o empréstimo será desembolsado em prestações trimestrais, com a continuidade e previsibilidade que é essencial para manter a Ucrânia a flutuar no meio da guerra.

## 2. SEMESTRE EUROPEU 2023

A Comissão Europeia lançou esta semana o [ciclo do Semestre Europeu de 2023 para a coordenação das políticas económicas](#). Este ciclo baseia-se nas previsões económicas do outono de 2022 (Cfr. [Síntese n.º 142](#)), mantendo-se as quatro prioridades do Semestre Europeu: promoção da sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica, com vista a promover a sustentabilidade competitiva.

Dos elementos que fazem parte do pacote do Semestre Europeu, destaca-se:

- [Análise Anual do Crescimento Sustentável](#), que apresenta uma agenda ambiciosa no sentido de prosseguir o reforço das respostas políticas coordenadas da UE para atenuar os impactos negativos dos choques energéticos a curto prazo, sendo crucial continuar a aumentar a resiliência social e económica e promover um crescimento sustentável e inclusivo a médio prazo, mantendo simultaneamente a flexibilidade para enfrentar novos desafios.
- [Pareceres sobre os projetos de planos orçamentais dos Estados-Membros da área do euro](#): foi feita a avaliação da Comissão sobre a coerência dos projetos de planos orçamentais para 2023 com as [recomendações do Conselho de julho de 2022](#), tendo em conta que a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento continuará a ser aplicável em 2023. Conclui-se assim que os Estados-Membros com um endividamento baixo e médio devem assegurar que o crescimento das despesas correntes primárias financiadas a nível nacional esteja em consonância com uma orientação política globalmente neutra, recomendando que Estados-Membros com elevados níveis de endividamento que assegurem uma política orçamental prudente, nomeadamente limitando o crescimento das despesas correntes primárias financiadas a nível nacional abaixo do crescimento do produto potencial a médio prazo. Portugal, em conjunto com a Bélgica, a Áustria, a Lituânia, a Alemanha, a Estónia, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Eslovénia e a Eslováquia, foi convidado a tomar as medidas necessárias no âmbito dos respetivos processos orçamentais para assegurar que os seus orçamentos para 2023 estarão em plena conformidade com as recomendações do Conselho.
- [Recomendações para a área do euro](#): os Estados-Membros da área do euro devem continuar a coordenar as políticas orçamentais para apoiar o regresso atempado da inflação ao objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu de 2%, manter um elevado nível de investimento público, assegurar que o apoio prestado às famílias e às empresas que se encontram sob pressão financeira devido à crise energética é eficaz, promover uma evolução salarial, continuar a melhorar as políticas ativas do mercado de trabalho e dar resposta à escassez de competências, assegurar a participação efetiva dos parceiros sociais na elaboração de políticas e reforçar o diálogo social e continuar a melhorar o ambiente empresarial e preservar a estabilidade macrofinanceira.
- [Relatório sobre o mecanismo de alerta](#): conclui que se justificam apreciações aprofundadas para 17 Estados-Membros, nos quais se inclui Portugal.
- [Proposta de relatório conjunto sobre o emprego](#): confirma que o mercado de trabalho da UE recuperou plenamente da pandemia de COVID-19, apresentando um forte desempenho e superando os níveis de emprego anteriores à pandemia desde o terceiro trimestre de 2021. Refere-se ainda que a negociação coletiva e salários mínimos justos e adequados são instrumentos poderosos para preservar o poder de compra dos salários, promovendo simultaneamente o emprego. Em complemento, devem ser tomadas medidas para melhorar a cobertura e a adequação da proteção do rendimento mínimo.

- **Relatórios de supervisão pós-programa:** Os relatórios de supervisão pós-programa relativos à Irlanda, Grécia, Espanha, Chipre e [Portugal](#) concluem que os cinco Estados-Membros mantêm a capacidade de reembolsar a sua dívida.

A secção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema complementa esta informação.

### 3. COMISSÃO EUROPEIA | PREÇOS DO GÁS

A Comissão Europeia propôs esta semana um [novo instrumento para limitar os aumentos bruscos excessivos dos preços do gás](#). O [mecanismo de correção do mercado](#) servirá para proteger as empresas e as famílias europeias contra os aumentos bruscos excessivamente elevados dos preços do gás na UE.

Este instrumento consiste:

- **num limite máximo de segurança** de 275 EUR, para o preço dos derivados do mês seguinte do mercado de transferência de títulos (*Title Transfer Facility – TTF*). O mecanismo será automaticamente acionado sempre que estejam reunidas as condições seguintes: (1) o preço de liquidação dos derivados do mês seguinte do TTF é superior a 275 euros durante duas semanas; (2) os preços do TTF são superiores em 58 euros ao preço de referência do GNL durante 10 dias de negociação consecutivos nessas duas semanas.
- **salvaguardas para garantir a segurança do aprovisionamento e a estabilidade do mercado:** para evitar problemas de segurança do aprovisionamento, o preço máximo é limitado a um único produto de futuros (produtos do mês seguinte do TTF), para que os operadores de mercado possam continuar a responder à procura e a adquirir gás no mercado à vista e no mercado de balcão. Para garantir que a procura de gás não aumenta, a proposta obriga os Estados-Membros a notificar, no prazo de duas semanas a contar do acionamento do mecanismo de correção do mercado, as medidas tomadas para reduzir o consumo de gás e de eletricidade.

Para fazer face a eventuais consequências negativas não intencionais do limite de preços, a proposta prevê a possibilidade de **suspensão imediata do mecanismo a qualquer momento:**

- **de forma automática**, sempre que a situação do mercado do gás natural deixe de justificar tal medida, nomeadamente se não houver qualquer diferença entre o preço do TTF e o preço do GNL durante 10 dias consecutivos de negociação;
- **mediante decisão da Comissão**, sempre que sejam identificados riscos para a segurança do aprovisionamento da União, os esforços de redução da procura, os fluxos de gás intra-UE ou a estabilidade financeira.

A Comissão preparou sobre o tema a habitual secção de [perguntas e respostas](#).

### 4. COMISSÃO EUROPEIA | ROTAS MIGRATÓRIAS

Tendo presente a realização do Conselho extraordinário de Justiça e Assuntos Internos (de dia 25 de novembro), a Comissão apresentou o [plano de ação da UE para o Mediterrâneo Central](#), propondo uma série de medidas operacionais para fazer face aos desafios imediatos e atuais ao longo desta rota migratória. O [plano de ação](#) propõe uma série de 20 medidas, articuladas em torno de três pilares, que serão aplicadas pela UE e pelos seus Estados-Membros:

#### 1. Pilar I: cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais

Para fazer face aos desafios da migração, é fundamental reforçar a cooperação com os países parceiros e as organizações internacionais. A UE reforçará as capacidades da Tunísia, do Egito e da Líbia para assegurar uma melhor gestão das fronteiras e da migração. Intensificará a luta contra a introdução clandestina de migrantes e reforçará o compromisso diplomático em matéria de regresso, desenvolvendo simultaneamente as vias legais de entrada no seu território. A fim de coordenar estas ações e maximizar o seu impacto, a UE tirará melhor partido das suas estruturas de coordenação e lançará uma iniciativa da Equipa Europa consagrada ao Mediterrâneo Central antes do final do ano.

## **2. Pilar II: uma abordagem mais coordenada em matéria de busca e salvamento**

O plano de ação propõe medidas destinadas a reforçar a cooperação entre os Estados-Membros e todos os intervenientes envolvidos nas atividades de busca e salvamento no Mediterrâneo Central, recorrendo ao Grupo de Contacto Europeu sobre Busca e Salvamento, anunciado no âmbito do Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo. Juntamente com os Estados-Membros em causa, a Frontex realizará uma avaliação da situação no Mediterrâneo Central. Será assegurada uma coordenação mais estreita com o ACNUR e a OIM. Devem também ser promovidos debates na Organização Marítima Internacional sobre a necessidade de um quadro e de orientações específicos para os navios, com especial destaque para as atividades de busca e salvamento.

## **3. Pilar III: reforço da aplicação do mecanismo de solidariedade voluntário e do roteiro conjunto**

A Declaração de Solidariedade acordada em 22 de junho de 2022 prevê um mecanismo voluntário e temporário com a duração de um ano, na pendência do futuro sistema permanente previsto no Pacto. O plano de ação propõe acelerar a aplicação do mecanismo, nomeadamente para prestar um apoio rápido aos Estados-Membros que acolhem as pessoas que chegam por via marítima, aumentando a flexibilidade, simplificando os procedimentos e financiando medidas de solidariedade alternativas.

## **5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE**

### **Conselho Agricultura e Pescas**

No âmbito da [agricultura](#), os ministros debateram a nova estratégia da UE para as florestas 2030, bem como os aspetos agrícolas, florestais e marítimos da proposta legislativa relativa à restauração da natureza e os resultados da Conferência da UE sobre Bioeconomia 2022. A Comissão Europeia apresentou a sua comunicação sobre os adubos, explicando a necessidade de garantir a disponibilidade e a acessibilidade dos adubos como base para a segurança alimentar. Por fim, foram trocadas opiniões sobre a necessidade de promover a transição energética nos setores das pescas e da aquíicultura e de assegurar um setor das algas forte e sustentável.

### **Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)**

O [Conselho debateu o papel da política de coesão](#) como alavanca fundamental para promover a convergência a longo prazo na UE e reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões, tendo sido assim salientada como um instrumento de investimento moderno e flexível. Foi enfatizado que a política de coesão deverá poder assentar numa combinação robusta e eficaz de políticas e instrumentos nacionais e da UE para ajudar as regiões a fazer face aos vários desafios decorrentes das mudanças demográficas e tecnológicas e das transições digital e ecológica, assegurando que nenhuma região fique para trás. O Conselho aprovou ainda [conclusões](#) sobre o tema.

Foi ainda [adotado formalmente o orçamento da UE para 2023](#).

### **Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia**

Os [ministros da energia](#) acordaram o conteúdo de um [regulamento do Conselho sobre o reforço da solidariedade através de uma melhor coordenação das compras de gás, trocas de gás através das fronteiras e padrões de referência de preços fiáveis](#). Acordaram também o conteúdo relativo a um regulamento do Conselho que estabelece um [quadro temporário para acelerar a utilização de energias renováveis](#). Trocaram também impressões sobre a proposta de regulamento do Conselho sobre o [mecanismo de correção para o mercado do gás](#).

### **Conselho (Negócios Estrangeiros - Comércio)**

Os ministros focaram-se nos trabalhos em curso para a [reforma da Organização Mundial de Comércio \(OMC\) e preparação da sua 13.ª Conferência Ministerial](#), discutiram as relações comerciais UE-EUA, com enfoque no Conselho de Comércio e Tecnologia e nas repercussões das previsões disjuntivas vertidas na *US Inflation Reduction Act (IRA)*. Foi também realizado um debate sobre o apoio comercial à Ucrânia.

## **6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA**

### **Parlamento Europeu**

Os trabalhos da próxima semana no Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares, com destaque para as reuniões interparlamentares (Cfr. Cooperação Interparlamentar).

### **Comissão Europeia**

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [30 de novembro](#), destacando-se o *II pacote sobre economia circular e o pacote sobre a saúde* (incluindo a *estratégia global para a saúde*)

### **Conselho da União Europeia**

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 28.11: [Conselho \(Educação, Juventude, Cultura e Desporto\)](#)
- 28.11: [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#)
- 29.11: [Reunião dos ministros da UE e da OEACP](#)
- 01.12: [Reunião dos ministros da UE e da OEACP](#)
- 02.12: [Conselho \(Competitividade\) sobre Investigação e Espaço](#)

### **Cooperação interparlamentar**

Terão lugar na próxima semana as seguintes reuniões interparlamentares, nas quais participarão os Parlamentos nacionais:

- 28.11: [Comissões DROI/JURI, dedicada a Jurisdição Universal - melhorar a responsabilização pelos crimes internacionais graves](#)
- 30.11: Comissão AFET, subordinada ao tema *Europa no mundo/Apoio à Ucrânia*
- 30.11: [Avaliação das atividades da Eurojust](#)
- 01.12: Comissão LIBE, sobre *A situação do Estado de direito na UE*
- 01.12: [Comissão ING2, para debater A resiliência legislativa, leis eleitorais ou campanhas de manipulação de informação](#)

No dia 2 de dezembro terá ainda lugar o [último evento previsto no calendário da Conferência sobre o Futuro da Europa, que pretende informar os cidadãos sobre a evolução dos trabalhos relativamente às propostas apresentadas e aos resultados da Conferência](#), tendo os Parlamentos nacionais sido também convidados a participar.

Bruxelas | 25 de novembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).